

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.084 - SP (2019/0007117-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : QUEIROZ GALVAO GOLD DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA
ADVOGADOS : ROSANGELA BENEDITA GAZDOVICH - SP252192
KARINA ALENCAR DA SILVA PEREIRA - SP359061
CAROLINA RINALDI DA SILVA - SP385673
AGRAVADO : DANIELA RENATA PINATTO BALABEM
AGRAVADO : DANIEL PINATTO BALABEM
ADVOGADO : MIRIAM PINATTO GEHRING - SP225820
INTERES. : LPS CAMPINAS - CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
2. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por QUEIROZ GALVAO GOLD DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 13/07/2018.

Concluso em: 05/02/2019.

Ação: rescisão contratual c/c pedido de compensação por danos morais, ajuizada por DANIELA RENATA PINATTO BALABEM e outro, em face da agravante, em decorrência de instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido para declarar a nulidade de cláusulas contratuais e condenar a agravante a restituir 75% do

valor total pago pelos agravados.

Acórdão: deu parcial provimento às apelações interpostas pelas partes para alterar o percentual de retenção e para fixar a incidência dos juros a partir do trânsito em julgado.

Recurso especial: Sustenta divergência jurisprudencial quanto ao percentual de retenção nas hipóteses de desistência do comprovador. Alega, em síntese, que o alienante tem direito de reter 30% do total pago pelo promitente-comprador, em razão da dupla natureza jurídica.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da divergência jurisprudencial

Quanto à interposição pela alínea "c", cumpre asseverar que a falta da similitude fática – requisito indispensável à demonstração da divergência – inviabiliza a análise do dissídio.

Constata-se, ainda, da leitura das razões do recurso especial, que a recorrente não indicou violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Não é possível o conhecimento do recurso especial fundado no dissídio jurisprudencial na hipótese em que não há a devida indicação de qual dispositivo de lei teria sido ofendido. Isso porque o entendimento do Superior Tribunal de Justiça preconiza que o apelo excepcional sustentado na dissidência pretoriana depende do apontamento do artigo de lei violado, sob pena de incidência da mencionada súmula, como ocorreu na hipótese. Precedentes: AgRg no AREsp 637.381/SP, 4ª Turma, DJe de 02/03/2016, e EDcl no AREsp 806.419/SP, 3ª Turma, DJe de 22/02/2016.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI

Relatora

